

Mas e as cidades? Construindo a Governança da Internet sob uma perspectiva local

Temas: ISCI – Cidades inteligentes, ISCI – Internet e o Desenvolvimento Sustentável, QJUR – Governança da Internet, Multissetorialismo e Jurisdição

Proponente: Thobias Prado Moura **Região:** Centro-Oeste **Setor:** Terceiro Setor

Co-Proponente: Marina Thaís Rodrigues Garcez **Região:** Centro-Oeste **Setor:** Comunidade Científica e Tecnológica

Palestrantes:

- **Ergon Cugler;** IBICT; Setor governamental
Pesquisador IBICT/MCTI do Governo Federal, onde atua no Comitê de Enfrentamento à Desinformação. Tem 25 anos e é Conselheiro da UNESCO IESALC Youth Advisory Board, representando a América Latina e o Caribe. Graduado e Pós-Graduado pela USP e Mestre pela FGV, pesquisa sobre desinformação e políticas públicas e tem atuação social nas temáticas de desenvolvimento sustentável e Agenda 2030.
- **Letícia Hora;** USP; Comunidade científica e Tecnológica
Graduanda em gestão de políticas públicas pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora USP/CNPq em governança da internet e comunidade LGBTQIA+. Youth CGI.br em 2023 e Embaixadora de Inovação Cívica da Open Knowledge Brasil (OKBR). Ativista e atuante nos debates sobre perspectiva de gênero e sexualidade em tecnologias digitais, enfrentamento da desinformação e políticas públicas na Governança da Internet.
- **Lacier Dias;** APL da TIC - Londrina; Setor empresarial
Prof. Lacier Dias é Mestre em Administração Contemporânea das Organizações pela FDC, com foco em ajudar empresas a transformar seus dados em insights e ações concretas, obtendo vantagens competitivas, aumento de eficiência, redução de custo e performance nas equipes por meio de análise de dados e inteligência artificial. Com mais de 20 anos de experiência na área de tecnologia liderando times multidisciplinares para customizar e desenvolver produtos utilizando diversas tecnologias de mercado para atender seus clientes.
- **Terezinha Alves Brito;** C-Partes; Terceiro Setor
Advogada e consultora, natural de Marabá/PA. Jovem pesquisadora das interseções entre Direito e tecnologia, engajada no ecossistema de governança da internet, com interesse nos temas de economia digital, regulação e desigualdade digital. Membro do Capítulo brasileiro da ISOC e do C-PARTES.

Moderador:

- **Thobias Prado Moura;** Laboratório de Direitos Humanos - LabDH (Terceiro Setor)
Doutorando em Direito pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador e Gestor do Parque Tecnológico da Universidade Federal de Uberlândia (TecnoUFU).

Pesquisador do Laboratório de Direitos Humanos (LabDH). Diretor de Eventos e Comunicações da Internet Society - Brasil (ISOC-Brasil), NextGen@ICANN 78 e Facilitador do Programa Youth Brasil.

Relator:

- **Marina Thaís Rodrigues Garcez;** Universidade Federal de Goiás (UFG) (Comunidade Científica e Tecnológica)
Advogada, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), especialista em Direito Internacional e mestranda em Direitos Humanos.

Objetivos e resultados (propostos e atingidos);

São objetivos do workshop: **(I) Reconhecer o papel central das cidades como a primeira interação substancial dos cidadãos com a infraestrutura e serviços públicos (objetivo parcialmente atingido). (II) Discutir a complexidade da infraestrutura urbana e como ela impacta a vida diária dos cidadãos (objetivo atingido). (III) Examinar as lacunas na infraestrutura existente e identificar áreas de inovação e melhoria (objetivo atingido). (IV) Estimular a criação e implementação de soluções baseadas em contexto local para desafios globais (objetivo atingido). (V) Compreender como as cidades podem ser pioneiras na adoção e implementação de políticas de governança digital eficazes (objetivo atingido).**

Justificativa em relação à governança da Internet;

A Governança da Internet, historicamente abordada em âmbitos nacionais e internacionais, também deve enxergar o papel das cidades surgindo como protagonistas. Estes centros urbanos, epicentros de inovação e interação, desempenham um papel crescente no cenário digital. Com a maioria da população global residindo em áreas urbanas, as cidades tornaram-se os principais pontos de contato com a infraestrutura digital. Assim, têm um papel central em determinar como bilhões experimentam a Internet em termos de percepção, acesso e uso. Assim é essencial definir políticas e infraestruturas que influenciam a qualidade, segurança e acessibilidade da Internet para muitos. Cidades, frequentemente encaram os desafios da digitalização primeiro. Seja na adoção de sistemas de transporte inteligentes, na integração de redes 5G ou na gestão de dados de cidades inteligentes, as decisões tomadas a nível municipal afetam diretamente a experiência e privacidade digitais. Assim, a Governança da Internet passa a envolver não só aspectos técnicos, mas também a proteção dos direitos digitais a nível local. Existe também uma vertente cultural. Centros urbanos são epicentros de diversidade, unindo várias línguas, tradições e visões. Essa multiplicidade precisa estar refletida na governança digital. Garantir conteúdos localizados, diversidade linguística online e plataformas inclusivas são essenciais para uma Governança da Internet orientada à cidade. Economicamente, cidades são sedes de empresas, startups e polos inovadores. As diretrizes de governança digital adotadas nesses espaços impactam diretamente no crescimento e na inovação. Um ambiente digital aberto e seguro é crucial para o progresso econômico da sociedade. A governança da Internet, vista através da lente da cidade, oferece uma perspectiva mais rica, contextual e pragmática, essencial para um mundo digital inclusivo e sustentável.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade

- Introdução estabelecendo o conceito de Governança da Internet, situando o debate no contexto de eventos como o próprio FIB, o IGF, NetMundial +10 e ICANN.
- O moderador então fez perguntas para cada um dos painelistas, visando que o debate fosse inserido em cada um dos contextos (setor governamental, comunidade científica/tecnológica, setor empresarial e terceiro setor). Cada um dos integrantes do painel teve 10 minutos para sua exposição.
- Após as exposições iniciais dos painelistas, a plateia (presencial e virtual) foi convidada a fazer intervenções.
- Por fim, os painelistas fizeram suas colocações finais e o moderador finalizou o painel.

Síntese dos debates

O moderador **Thobias Prado** inaugurou o painel conceituando governança da internet, uma vez que existe uma disputa sobre a definição do termo. definida no âmbito da WSIS que diz que Governança da Internet é desenvolvimento e a aplicação por parte dos governos, do setor privado e da sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios, normas, regras, procedimentos decisórios e programas compartilhados que dão forma à evolução e uso da Internet.

Entretanto, esse conceito não parece abarcar a evolução das tecnologias digitais e suas interações com a sociedade, como inteligência artificial, cidades inteligentes, metaverso, plataforma social, dentre tantos outros, já que as possibilidades são infinitas. Nem a sobreposição de funções e atribuições de diferentes setores. Até porque essa definição foi construída em um contexto onde naquele momento havia em torno de 200 a 300 atores dentro do ecossistema, realidade diferente de hoje. Mesmo assim, a Internet se mantém como a base e a cola que conecta tudo isso, afinal é o meio de comunicação empregado na aplicação dessas tecnologias.

Portanto, longe de querer propor soluções para o debate Governança Digital vs. Governança da Internet, trataremos a Governança da Internet a partir de um escopo ampliado que abarque esses temas emergentes para além dos recursos críticos da Internet ou da Governança Técnica da Internet. Para esse painel a Governança da Internet será tratada abarcando também temas correlatos no sentido econômico, político e regulatório e que se inserem no cerne das dinâmicas e interações proporcionadas pela Internet. Também traremos visões relacionadas à infraestrutura técnica de pequenos e médios provedores, especialmente porque são eles os responsáveis por mais da metade da oferta de Internet no país.

Ao passar a palavra para a palestrante **Letícia Hora**, o moderador indagou quais são os caminhos a partir dos quais podemos partir desde uma perspectiva local de construção de políticas públicas para a internet. A palestrante iniciou sua fala abordando a necessidade de falar em referenciais teóricos em políticas públicas quando se discute a construção de políticas públicas e a sua agenda. Afinal, existem diversas demandas sociais, de várias áreas e lugares, por conectividade, acesso digital e inclusividade, todas questões de interesse público mas que não são necessariamente objeto de políticas públicas

O ciclo de políticas públicas, que ocorre contínua e gradativamente, contempla questões que devem ser levadas em consideração, como a temporalidade (curto, médio ou longo prazo?), a articulação (como construir uma agenda política coletiva?), reconhecer padrões (e não necessariamente apenas dados ou indicadores), bem como as dimensões subjetivas. Citando Paul Sabatier, Letícia questiona como pensar em políticas públicas ao lidar com problemas complexos em tecnologia, seja em cidades que precisam de infraestrutura em conectividade, ou acessibilidade, caso estas sejam limitadas ou inexistentes.

Ademais, ela ressalta a necessidade de dimensionar o escopo das políticas públicas, considerando as particularidades de cada território, além de utilizar a lente da interseccionalidade, analisando as particularidades e marcadores sociais que nos ajudam a olhar para uma perspectiva local. Afinal, quais vozes estão sendo representadas no debate? A população foi ouvida? Existem metodologias que contemplam que as pessoas impactadas pelo problema sejam ouvidas? Letícia cita como exemplo o Plano de Ação de Governo Aberto, de Rosário, na Argentina. O documento incluiu a perspectiva de gênero, como construir indicadores de gênero e estabelecer políticas ouvindo a população sobre o que ela demanda.

O moderador então dirige uma pergunta ao palestrante **Ergon Cugler**, questionando como ele pensa nos desafios e barreiras, não apenas de conectividade significativa, como também de uso de novas tecnologias em educação digital e letramento digital. De acordo com o palestrante, os debates sobre desigualdade têm avançado, citando como exemplo uma pesquisa do NIC sobre acesso versus uso. Por um lado, aponta que centros urbanos contam com menos limitações tecnológicas, enquanto lugares mais remotos normalmente implicam em maior desigualdade. Ademais, ressalta as diversas barreiras de acesso à tecnologia e informações, como por exemplo a questão da interseccionalidade (pessoas idosas, PCDs e de baixa renda), a sobrecarga de trabalho como barreira (as pessoas não checam a veracidade de *fake news* porque não têm tempo de entrar na internet para verificar informações), a infodemia (excesso de narrativas), além das desinformações em si.

Dentre as reflexões que vão de encontro ao debate do painel, o palestrante traz um exemplo a nível nacional que se pensa local, no caso da construção do 6º Plano de Ação Brasileira do Governo Aberto. A iniciativa visa a inserção territorial (aspectos gerais, conectividade, como formar agentes populares de incidência local). Outra iniciativa citada é a Estratégia Nacional de Governo Digital, um conjunto de diretrizes para que os estados e municípios elaborem as suas próprias iniciativas de inclusão digital comunitária. Alguns exemplos apresentados incluem hotspots de Wi-Fi gratuito, coworkings comunitários, além de educação midiática e letramento digital. O painalista citou exemplos como Santos, Fortaleza e São Luís, que já possuem algum tipo de iniciativa na área, além da cidade de Diadema que possui plataformas de consulta e participação.

O moderador então indaga à painalista **Terezinha Alves Brito**, representante do terceiro setor, quais as principais lacunas e desafios na participação dessa governança da internet e como podem ser superados de uma forma colaborativa. A palestrante então convida o público a pensar em sua própria cidade, mais precisamente na situação da conectividade na cidade de cada um. Através de uma anedota vivida por ela mesma, a painalista aponta que a falta de acesso à internet não se limita às áreas rurais e periféricas, já que a falta de

infraestrutura e de um sistema eficiente de atendimento ao cliente também podem prejudicar essa acessibilidade.

De acordo com a palestrante, segundo o ponto de vista do terceiro setor, os prefeitos enxergam a governança da internet como algo futurista, que deve ser levado em um segundo plano. Ela também ressalta o fenômeno da normalização da tecnologia, inclusive no Brasil profundo, citando como exemplo o uso do WhatsApp por pequenos negócios, bem como o cadastro de estabelecimentos no Google Maps. A painelistista ressalta que não é possível pensar em uma política pública sem que a comunidade afetada participe da discussão e das soluções. Sob uma perspectiva local, as principais demandas do cidadão se tratam de inclusão digital, como o uso de dados móveis e as habilidades digitais. Quais seriam então os caminhos para soluções colaborativas? De acordo com a painelistista, quando se fala de cidades inteligentes (*smart cities*), os governos se mostram mais abertos. Dentre algumas possíveis soluções construtivas, a palestrante citou o Porto Digital em Recife e a Juventude Digital em Fortaleza.

O moderador então pergunta ao painelistista **Lacier Dias** se existem exemplos concretos de arranjos locais coletivos que pensam um pouco sobre os desafios de infraestrutura. De acordo com o palestrante, dentro do ecossistema municipal é uma situação complexa quando não se fatia o problema. Cada desafio deve ser superado por partes, já que o ecossistema se trata de um conjunto de atores que interagem entre si e com o seu ambiente. Ele dá o exemplo da cidade onde vive e trabalha, Londrina, onde há a Estação 43. Por se tratar de pólo de eventos corporativos, a tecnologia é parte fundamental da economia da cidade.

Assim, a Estação 43 nasce com o intuito de abarcar todo o ecossistema tecnológico (agronegócio, audiovisual, comércio, construção, eletrometalúrgica, instituições de ensino, química, saúde, smart city, TIC e turismo). São 11 governanças atuando de maneira transversal para fazer a cidade funcionar de uma forma coesa. Dentre os ativos que surgem deste projeto estão o Masterplan Londrina 2040, o Programa de Letramento, a Aliança Inovadora Londrina-Maringá, dentre outros. Entretanto, ele afirma que para legislar sobre infraestrutura é necessário aferir se as projeções são exequíveis.

Síntese dos posicionamentos e propostas apresentadas pelos(as) palestrantes/debatedores e participantes

- **Ergon Cugler:** o palestrante discute a questão do letramento digital, para além da mera conectividade, ressaltando que quaisquer iniciativas precisam contar com um caráter interseccional se almejam promover mudanças de fato.
- **Letícia Hora:** a palestrante ressalta a necessidade de dimensionar o escopo das políticas públicas em matéria de governança da internet, considerando a interseccionalidade, analisando as particularidades e marcadores sociais que nos ajudam a olhar para uma perspectiva local.
- **Terezinha Alves Brito:** a palestrante é incisiva ao afirmar que a população precisa ser incluída tanto nas discussões quanto no caminho das soluções, que devem ser colaborativas. Em um nível local, as principais demandas da população se tratam de acessibilidade e conectividade.

- **Lacier Dias:** o palestrante afirma que o ecossistema local de infraestrutura precisa ter órgãos/elementos que atuem de forma coesa (ele cita o exemplo da Estação 43 em Londrina) e transversal, com o intuito de colaboração.

Identificação de consensos, dissensos e pontos a aprofundar;

TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO OU PROPOSTA)	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Posicionamento	Acessibilidade	Consenso	Formas de facilitação da acessibilidade
Posicionamento	Infraestrutura	Consenso, em partes	A legislação sobre infraestrutura deve ser exequível